**PARTIDO SOCIALISTA OU PARTIDO DOS
TRABALHADORES?
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO
TROTSKISMO NO BRASIL.
A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO
CONVERGÊNCIA SOCIALISTA¹**

Marcos Moutta de Faria

O Movimento Convergência Socialista (MCS) foi fundado em 1978, propondo-se reunir um largo espectro de forças políticas e sociais com o objetivo de organizar um amplo partido socialista, capaz de romper o bipartidarismo, ainda vigente durante o governo do presidente Ernesto Geisel.

A conjuntura do período estava marcada por sinais de declínio político e econômico do regime autoritário iniciado em 1964 e por uma intensa reorganização dos movimentos sociais e populares. O MCS se propunha ocupar os escassos espaços de atividade legal tolerados pela distensão política do presidente Geisel para organizar um novo partido, que deveria ser dotado de funcionamento democrático e de um programa de inspiração socialista. A organização almejava reunir diversos agrupamentos políticos e sociais associados às lutas pelo fim do regime autoritário e norteados pelos ideários socialistas.

A formação do MCS foi proposta pela Liga Operária, organização de inspiração trotskista constituída em finais de 1973 por brasileiros exilados na Argentina.

O processo de formação da Liga Operária reuniu contribuições de militantes políticos com diferentes trajetórias. É interessante notar a importância de Mário Pedrosa na aproximação de ativistas dessa nova geração aos referenciais políticos do trotskismo. Ele havia se aproximado das propostas políticas de Trotski em finais da década de 1920 e participado ativamente da Quarta Internacional, até que um desentendimento envolvendo o debate acerca da defesa incondicional da

¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada – UFRJ sob orientação do Prof.Dr. Sidnei Munhoz

URSS os opusesse um ao outro. Trotski, então, decidiu excluí-lo do cargo que ocupava na direção da Quarta Internacional. A Liga Operária reuniu ativistas que já haviam integrado a Ação Popular, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); mas foram sobretudo os ex-militantes dessa última organização que formaram a direção da Liga Operária. A reunião dessas diferentes trajetórias parece haver contribuído para ampliar as perspectivas políticas da nova organização.

A Liga Operária estreitou relações com uma fração da Quarta Internacional que, além de outras organizações, era integrada pelo Socialist Workers Party, dos Estados Unidos da América, e pelo Partido Socialista dos Trabalhadores da Argentina. O que estes dois partidos trotskistas tinham em comum era o seu repúdio à tática de guerrilhas adotada pelo Secretariado Unificado².

Desde sua fundação a Liga Operária propunha-se a organização de movimentos políticos de funcionamento legal; no entanto, os ferozes ataques desferidos pelo sistema repressivo brasileiro contra os partidos comunistas após a derrota governista nas eleições legislativas de 1974 haviam convencido a Liga Operária a adiar seus planos de legalização das atividades partidárias.

A Liga Operária esteve profundamente envolvida nas agitações estudantis que mobilizaram o Brasil em 1977; e foi durante esse intenso processo de denúncia das arbitrariedades perpetradas pelo regime autoritário que a Liga Operária decidiu voltar a propugnar uma mais intensa legalização das atividades políticas. Inicialmente ela propôs a organização de um amplo partido socialista.

A inspiração para o nome do Movimento Convergência Socialista partiu da experiência que um dirigente da Liga Operária vivenciara durante sua permanência na Espanha, onde conhecera uma organização homônima que em 1977 se uniu ao Partido Socialista e Operário Espanhol.

Ao propor a organização de um amplo Partido Socialista e organizar o MCS, a Liga Operária pretendia dotar os trabalhadores brasileiros de um partido político independente. Essa estratégia buscava superar o caráter policlassista que havia caracterizado o Partido

² O Secretariado Unificado reunia a maioria das organizações políticas que integravam a Quarta Internacional.

Trabalhista Brasileiro no período anterior a 1964 e a política de subordinação das reivindicações operárias aos acordos com frações da burguesia nacional, propugnava o PCB.

A inexistência no Brasil de um partido político referenciado nos trabalhadores brasileiros, nos moldes dos partidos socialistas e trabalhistas europeus, era percebida como fruto de uma debilidade estrutural e política. Para a Liga Operária, a organização de um partido socialista de massas, ao mesmo tempo, expressaria e estimularia o processo de amadurecimento da independência política que os trabalhadores brasileiros experimentavam nesse período. O principal entrave à constituição de um partido político independente consistia na sobrevivência do trabalhismo identificado em finais da década de 1970, sobretudo, com Leonel Brizola.

Em meados da década de 1970 a aceleração do processo de industrialização havia produzido uma numerosa classe operária, concentrada, sobretudo, em algumas áreas metropolitanas. A Liga Operária avaliava que esse processo de fortalecimento da classe operária e o fracasso do PTB em resistir às forças golpistas fortaleciam as possibilidades de a classe trabalhadora brasileira organizar um partido político próprio. Os partidos social-democratas europeus organizados na segunda metade do século XIX eram as referências nesse debate. Isso não implicaria simples transposição de um modelo. As condicionantes históricas e as diferentes temporalidades eram percebidas pela Liga Operária. A própria concorrência que deveria ser realizada com o PCB para a formação desse novo partido indicava diferenças históricas muito significativas entre os dois períodos. A classe trabalhadora brasileira precisaria forjar um caminho próprio na organização desse novo partido.

Enquanto, por um lado, a política de ocupação dos espaços de atividade política tolerados pelo Estado brasileiro estimulava a formulação de projetos partidários mais amplos e mais aptos à convivência com as regras institucionais, por outro lado, os paradigmas políticos da Liga Operária e sua geração incluíam a construção de partidos revolucionários inspirados no modelo do partido centralizado organizado por Lênin, que realizou a tomada do poder político durante a Revolução Russa de 1917. Uma parcela das organizações de esquerda propunha, então, projetos partidários mais amplos sob denominações variadas: popular, socialista ou partido operário. Embora essas formulações guardassem diferenças entre si e algumas delas não passassem de projeções do crescimento da própria organização, elas

expressavam em comum a busca por romper o isolamento político e social em que se encontravam. De forma geral, no entanto, essa geração julgava que a construção de um amplo partido político não deveria substituir a organização fundada na tradição comunista de organização de partidos revolucionários, e isso, em parte, explica por que não conseguiram produzir um projeto partidário comum antes da emergência do Partido dos Trabalhadores.

A partir das greves iniciadas em maio de 1978 os trabalhadores brasileiros fortaleceram sua presença no debate político-partidário brasileiro, e a proposta de criação de um partido socialista, cada vez mais, demonstrava seu artificialismo. O MCS em finais de 1978 readequou sua linha política e passou a propugnar a criação de um partido dos trabalhadores. Sua sensibilidade política lhe permitiu perceber que sua proposta partidária original não partilhava das experiências que a classe trabalhadora brasileira estava realizando através de suas jornadas de luta. Embora durante o ano de 1978 vários agrupamentos políticos (como o Movimento de Emancipação do Proletariado) e dirigentes sindicais (como Luiz Inácio da Silva) tenham se declarado favoráveis à criação do PT, foi por iniciativa do MCS que foi aprovada a primeira manifestação pública e coletiva pela criação do novo partido. A moção pela criação do PT foi apresentada pela delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André ao Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo realizado na cidade de Lins. Essa foi, sem dúvida, a maior contribuição do MCS para a organização política independente da classe trabalhadora brasileira.

A maioria das organizações de esquerda recebeu com desconfiança a proposta de criação do novo partido. Por um lado, os partidos comunistas acusavam a proposta como “divisionista” e, por outro lado, as organizações revolucionárias desconfiavam da presença, no novo partido, de dirigentes do sindicalismo oficial como Luiz Inácio da Silva e Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão). O isolamento das articulações iniciais do Movimento pelo PT, no entanto, foi superado à medida que a classe trabalhadora intensificou suas jornadas de luta nos anos de 1979 e 1980.

As relações entre o MCS e a Liga Operária foram marcadas por ambigüidades. A proposição de um movimento de unidade política, por mais que atendessem à demanda por ampliar os espaços legais de atuação política, mantinha uma permanente tensão com a perspectiva assumida pelas organizações de esquerda. Este permanente conflito, somado ao isolamento político do MCS, produziu uma dinâmica que o levou a

abandonar o caráter de movimento de unidade política para assumir as feições típicas das organizações de esquerda. A mudança em sua proposta inicial, contudo, não foi homogênea e isenta de oscilações. As diferentes atividades e propostas partidárias foram percebidas de forma diferenciada pelos distintos segmentos da organização política. Além disso, o enfraquecimento dos fatores de coesão partidária, vivenciado intensamente durante o ano de 1979, nem sempre esteve associado ao descolamento entre as propostas políticas elaboradas e a dinâmica das lutas sociais que mobilizavam a sociedade brasileira. Pelo contrário, a construção de um movimento amplo e democrático era percebida com desconfiança por parte dos próprios integrantes da Liga Operária, sobretudo por *militantes de base*.

O MCS se desenvolveu abrigando dinâmicas contraditórias. Por um lado, ele conseguiu ligar-se aos processos reais vividos pela sociedade brasileira, ao propor um movimento de caráter democrático aberto ao convívio com agrupamentos políticos e sociais de diferentes trajetórias e perspectivas; por outro, no entanto, persistiram fortes traços de um paradigma político que privilegiava os dogmas acerca da imprescindibilidade do partido revolucionário. O convívio dessas duas formas de conceber a representação política e as relações entre as organizações políticas e a sociedade produziu tensões e reorientações em sua trajetória.

O MCS participou ativamente do debate acerca da reorganização política da sociedade brasileira e da organização do Partido dos trabalhadores. A reconstrução histórica de sua trajetória enriquece a reflexão acerca das representações políticas brasileiras no tempo presente. O MCS, além de partilhar os anseios e dilemas de sua geração, foi portador de controvérsias e de experimentações singulares que iluminam o estudo das relações entre as organizações de esquerda e a sociedade brasileira. Seus erros e fracassos fornecem não apenas a medida de suas debilidades, mas os condicionantes históricos em que se desenvolveu.

O MCS, inicialmente proposto pela Liga Operária como um movimento de unidade política dos socialistas brasileiros, não logrou êxito. Apesar do isolamento em relação às organizações de esquerda, que reagiram com desconfiança à proposta de funcionamento democrático, o principal motivo para o insucesso do MCS foi o descolamento entre as perspectivas adotadas por ele e o processo real em que se desenvolviam as lutas sociais. A classe trabalhadora brasileira, a partir de maio de 1978, cada vez mais, impôs a sua própria dinâmica e perspectivas ao debate

acerca da reorganização política, e foi só graças à sua incontestável presença no centro do cenário político brasileiro que se tornou possível reunir num mesmo partido - o Partido dos Trabalhadores - diferentes organizações políticas e movimentos sociais, com suas próprias demandas, projetos e histórias.

O MCS foi organizado já sob uma dupla tendência ao isolamento. Por um lado, o temor de serem atingidos pela repressão política afastava os setores sociais mais identificados com a luta por democracia. Por outro lado, seus contornos amplos, definidos como de unidade política dos socialistas, além de sua plataforma de reivindicações democráticas, provocavam as desconfianças das organizações da esquerda revolucionária e dos militantes que partilhavam esse paradigma.

Para a Liga Operária não haveria contradição em defender a necessidade da revolução socialista como momento essencial na transformação da sociedade e, ao mesmo tempo, propor a organização de um movimento de caráter democrático. Para ela, a crise brasileira ainda não atingira o seu modo de produção capitalista, apenas o seu regime político. O período de crise aberto no Brasil pelo esgotamento do regime autoritário, no entanto, deveria ser aproveitado para que fosse impulsionada a organização política independente da classe trabalhadora em um novo partido político.

Apesar das contradições, recuos e derrotas vivenciados, o Movimento Convergência Socialista conseguiu tornar-se uma referência política de esquerda em finais da década de 1970. Era, afinal, a possibilidade de estabelecer esse diálogo político com a sociedade que havia animado os jovens exilados brasileiros a fundar a Liga Operária e a retornar ao Brasil.

O MCS carregou sempre consigo os estigmas de organização política sectária, autoritária e dogmática que tolheram suas atividades. Essa reputação se deveu, em parte, ao fato de ter sido escolhida, em alguns momentos, para ser a vítima da repressão e da intimidação política promovidas pelo Estado brasileiro; mas também se deveu às suas indissolúveis ligações com o estreito universo das organizações da esquerda revolucionária naquele período histórico.

O Movimento Convergência Socialista, não obstante, constituiu, em si, um rico veio democrático. Nele havia o estímulo à organização dos negros, dos homossexuais e das mulheres, além da valorização dos movimentos sociais. Ele se constituiu, também, como um incondicional

defensor das liberdades democráticas, e sua participação na vida política nacional foi construída forçando os limites da abertura política de Geisel e denunciando a bestialidade do regime autoritário brasileiro.

Inconformado com os pequenos círculos de influência política em que as organizações da esquerda revolucionária estavam confinadas, o MCS teve a ousadia de sustentar uma estrutura legal que visava à legalização de um partido socialista e a insensatez de se acreditar capaz de implodir o sistema bipartidário que havia sido imposto pelos governos autoritários.

A experiência do MCS se confunde com as lutas recentes por democracia no Brasil. A juventude que organizou o MCS lançou mão de todos os recursos ao seu alcance para desafiar a ditadura militar e organizar o instrumento típico das lutas políticas de nossos tempos: o partido político.